



Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG
Comitê Estadual de Investimentos da Previdência Social – CEIPS

Ata da 6ª Reunião Ordinária do Comitê Estadual de Investimentos da Previdência Social – CEIPS, realizada no dia 26 de setembro de 2017.

1 Dia vinte e seis (26) do mês de setembro de 2017, às 9h00min, na sala de reuniões da Secretaria do
2 Planejamento e Gestão – SEPLAG, sito nesta capital, na Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima s/n –
3 Edifício SEPLAG – 3º andar – 60.830-120 – Cambéba, Fortaleza/CE, reuniram-se o Sr. Francisco de
4 Queiroz Maia Júnior (Secretário Titular da Secretaria do Planejamento e Gestão e Presidente do
5 CEIPS), Robson Fontoura (Coordenador da Gestão Previdenciária/CPREV), Wandermon Corrêa
6 (Orientador da Célula de Gestão de Fundos e Investimentos/CPREV), Átila de Oliveira (Membro Titular
7 da PEFOCE), Paulo Sucupira (Membro Titular da SEFAZ), Fernando César (Membro Suplente da
8 SEFAZ), Isaac Figueiredo (Membro Suplente do Coordenador da Gestão Previdenciária), Sérgio Bastos
9 (Membro Suplente do Orientador da Célula de Gestão de Fundos e Investimentos) e Francisco Rabelo
10 (Assessor da SEPLAG, convidado). A reunião foi aberta pelo Sr. **Francisco de Queiroz Maia Júnior**,
11 Presidente do CEIPS, que iniciou cumprimentando a todos pela presença na 6ª Reunião Ordinária do
12 Comitê Estadual de Investimentos da Previdência Social - CEIPS. Em seguida, passou a palavra para
13 **Robson Fontoura**, Coordenador da Gestão Previdenciária, o qual iniciou informando que o objetivo
14 principal da reunião seria a aprovação das diretrizes da Política de Investimento a ser adotada no ano
15 de 2018 pelo Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará - SUPSEC, considerando que a
16 SEPLAG tem prazo até 31 de outubro de 2017 para enviar à Secretaria de Previdência do Ministério
17 da Fazenda o Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN. Em seguida, passou para o primeiro
18 item da pauta. **Item 1: Aprovação da ata da 5ª Reunião Ordinária, realizada em 12/06/2017.** Abriu a
19 pauta para discussões. Sem mais: Aprovada. **Item 2: Relatório Trimestral dos Investimentos.** Com a
20 palavra, **Wandermon Corrêa**, Orientador da Célula de Gestão de Fundos e Investimentos, apresentou
21 a composição da carteira do PREVID em 30 de junho de 2017, onde havia, nessa posição, aplicações
22 em três fundos de investimento administrados pela Caixa Econômica Federal: o Caixa FI Brasil IRF-M
23 31, com R\$ 77 milhões, o FI BRASIL 2018 II, com R\$ 98 milhões, e o FI BRASIL 2020 IV, com R\$ 88
24 milhões, totalizando a carteira em R\$ 263 milhões. Partindo para dados mais recentes, a carteira
25 apresentava R\$ 277 milhões em julho e R\$ 290 milhões em agosto. Em conformidade com a Política
26 de Investimentos 2017, todas as aplicações foram feitas em fundos de investimentos que aplicam
27 100% em títulos públicos. Quanto à rentabilidade da carteira do PREVID, o 1º trimestre fechou
28 atingindo 189% da meta atuarial, durante o 2º trimestre, o desempenho em abril foi considerado

29 bom, onde a meta atuarial foi de 0,51% e a rentabilidade foi de 0,77%, equivalente a 151% da meta
30 atuarial. No mês de maio, houve uma agitação no mercado por conta das delações da empresa JBS e
31 isso teve impacto no rendimento dos títulos públicos, afetando o mercado como um todo e, com isso,
32 o rendimento foi de 0,52% correspondeu a 76,63% da meta atuarial. No mês de junho, houve uma
33 recuperação decorrente da deflação do IPCA, quando a meta atuarial resultou em apenas 0,14%,
34 enquanto a rentabilidade foi 0,66%, atingindo 483,04% da meta, de modo que, ao final do 2º
35 trimestre, a meta atuarial resultou em 1,33%, enquanto a carteira do PREVID rendeu 1,96%,
36 atingindo 147,75% da meta. Com os dados mais recentes, obteve-se bons resultados em julho e
37 agosto. No acumulado anual, a meta atuarial resultou em 4,65% e a rentabilidade do PREVID
38 alcançou 8,91%, de forma que o atingimento da meta atuarial até agosto foi de 191,81%. **Item 3:**
39 **Diretrizes da Política de Investimento 2018.** Com a palavra, **Wandermon Corrêa**, Orientador da
40 Célula de Gestão de Fundos e Investimentos, apresentou cenários e perspectivas para 2017/2018.
41 Explicou que, ao longo de 2017, houve uma acentuada redução das taxas de juros dos títulos
42 públicos, o que acarretou um efeito positivo direto nos resultados da rentabilidade da carteira do
43 PREVID, considerando que os recursos estavam integralmente alocados em fundos de investimento
44 que aplicam exclusivamente em títulos públicos. Reforçou que quando há redução das taxas dos
45 títulos públicos, a rentabilidade desses fundos aumenta e reflete na rentabilidade do PREVID.
46 Salientou que a taxa SELIC no mês de dezembro de 2016 estava em 13,75% ao ano e foi reduzindo ao
47 longo de 2017, atingindo 8,25% ao ano em setembro. Tomando, como exemplo, os títulos públicos
48 pré-fixados de até um ano, havia taxas nominais de 11,50% ao ano em dezembro de 2016 e
49 atualmente estão com taxas de 7,1% ao ano. Quanto aos pós-fixados de até um ano, havia taxas reais
50 de 5,94% ao ano, acima do IPCA, e atualmente estão em 3,18% ao ano. Já a inflação implícita, que era
51 de 5,25% ao ano, atualmente está em 3,81%, refletindo uma tendência de redução da inflação. Com
52 as atuais taxas dos títulos públicos, a previsão de rentabilidade da carteira do PREVID nos próximos
53 meses baixou. **Wandermon Corrêa**, Orientador da Célula de Gestão de Fundos e Investimentos,
54 esclareceu que essas são taxas de mercado vigentes, que variam no decorrer do prazo de vencimento
55 dos títulos públicos, salientando que os fundos de vértice onde foram aplicados os valores do PREVID,
56 com vencimentos em 2018 e em 2020, foram contratados com taxas reais superiores a 6% ao ano,
57 sob a condição de manter esses recursos até o vencimento. Exemplificou apresentando os resultados
58 do investimento no fundo de vértice de 2020, contratado em maio de 2016, com retorno esperado de
59 IPCA+6% ao ano, o qual obteve constantes rendimentos acima do que era esperado na curva, em
60 decorrência da redução das taxas de juros, já comentada, que fez com que o preço desses títulos
61 aumentasse, por conta do menor desconto do seu valor de face a valor presente. Desde a aplicação
62 dos recursos no fundo de vértice de 2020, em maio de 2016, até setembro de 2017, ao invés do
63 rendimento real previsto na curva, em torno de 7%, até o momento, o rendimento real foi de mais de
64 14%. Porém, a partir de agora, a previsão é que os retornos sejam menores, visto que boa parte já foi
65 ganha. Ainda pode acontecer das taxas de juros voltarem a oscilar, caso ocorram novos fatos que

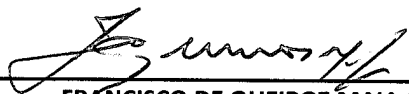
66causem estresse no mercado financeiro, implicando novos movimentos de perda ou de ganho, mais
67ou menos acentuados, sendo que, de qualquer forma, os valores vão convergir para o mesmo ponto
68que é o valor de face do título ao final do vencimento. A projeção da rentabilidade do PREVID para
692017, considerando que a carteira obteve 8,91%, no período de janeiro a agosto, está em 11,63%,
70ficando o atingimento da meta atuarial em torno de 153%. **Wandermon Corrêa**, Orientador da Célula
71de Gestão de Fundos e Investimentos, fez uma breve apresentação do material fornecido pela
72Gerência Nacional de Investidores Corporativos da Caixa Econômica Federal, contendo cenário,
73perspectivas e estratégias de investimento. No cenário apresentado pela Caixa Econômica Federal, o
74que poderá impactar os Fundos de investimentos destinados aos RPPS são: as reformas política, fiscal
75e da previdência, a política monetária brasileira, com a redução da taxa de juros SELIC, a operação
76lava-jato, as delações e seus desdobramentos, a condução do governo Trump com a crise geopolítica
77entre os Estados Unidos e a Coreia do Sul, e algum fato novo que possa surgir. De acordo com o
78Relatório de Mercado Focus, as projeções para 2017 são: IPCA de 3,08%, Taxa SELIC ao final do ano
79de 7%, crescimento do PIB em 0,6% e câmbio de R\$ 3,20%. Quanto às projeções para 2018: IPCA de
804,12%, SELIC ao final do ano de 7%, crescimento do PIB em 2,22% e câmbio de R\$ 3,30. Segundo as
81projeções da equipe da CEF, que também são parecidas com as do Focus, estima-se a redução da taxa
82SELIC até dezembro de 2017, prevista para 7,5%, e considerando a inflação projetada para os
83próximos 12 meses, a SELIC corresponderia a uma taxa real de 3,10%. Quanto à projeção até 2018, a
84SELIC real poderá ficar abaixo de 3%. Com relação a meta atuarial de 2017, pressupondo um bom
85acompanhamento do cenário deste ano e realocando os Fundos de acordo com o mercado, acredita-
86se que a maioria dos RPPS poderão superar a meta atuarial 2017. A previsão é que 2018 será mais
87volátil que 2017, considerando que haverá eleições, indefinições políticas, pesquisas eleitorais,
88possíveis delações e outras variáveis. Ainda para 2018, com a taxa SELIC em 7,5%, equivalente à taxa
89real de 3,17%, quando descontada a projeção do IPCA, verifica-se uma estimativa muito abaixo da
90meta atuarial de IPCA + 6%, que a maioria dos Estados utiliza. Ressaltou que, segundo pesquisa sobre
91as Políticas de Investimento de 2017, divulgadas no site da Secretaria de Previdência do Ministério da
92Fazenda, dos 27 estados, 15 utilizam meta de rentabilidade real de 6%, o limite máximo permitido
93pela Legislação, o que implica em redução nos custos dos benefícios e na redução das provisões
94matemáticas, quando da avaliação atuarial dos RPPS, que não é o caso do Estado do Ceará. Ressaltou
95que o Estado do Ceará foi o único a utilizar meta de rentabilidade real de 4,5% ao ano, defendeu que
96essa posição no longo prazo é justificável e mais factível, informou ainda que outros 5 estados
97utilizam taxa de 5% ao ano. Ainda no material da Caixa Econômica Federal, consta, como sugestão, a
98necessidade de diversificar, de forma cautelosa e com critérios, em novos produtos, além dos
99convencionais de renda fixa para RPPS, tais como multimercado, renda variável e fundos
100estruturados. **Wandermon Corrêa**, Orientador da Célula de Gestão de Fundos e Investimentos,
101ressaltou que, até o momento, foi suficiente ficar em renda fixa para bater a meta de rentabilidade,
102mas agora essa redução na taxa de juros leva à procura desses produtos mais elaborados, com maior



103risco e maior possibilidade de ganhos e de perdas. Ressaltou que, atualmente, a SEPLAG está
104utilizando uma linha mais conservadora de investimento para garantir a meta de rentabilidade.
105Lembrou que há uma limitação contratual das aplicações do Estado serem com a Caixa Econômica
106Federal, porém a própria CEF possui diversos tipos de Fundos que são voltados para RPPS, a maior
107parte em renda fixa e alguns em renda variável. Destacou a importância de analisar o histórico do
108PREVID com relação a sua rentabilidade acumulada frente a meta atuarial, que em 2014 atingiram
109rentabilidade de 98,4% da meta, que 2015 foi marcado por dificuldades do mercado como um todo,
110decorrentes da crise política que culminou com o *impeachment*, quando se atingiu 85,3% da meta, já
111em 2016 houve uma recuperação com atingimento de 119,3% da meta e, em 2017, a previsão é
112fechar o ano com 153% de atingimento da meta, de modo que no acumulado desde a criação do
113PREVID até o final de 2017 seja atingido 110% da meta atuarial. Diante do exposto, **Wandermon**
114**Corrêa**, Orientador da Célula de Gestão de Fundos e Investimentos, apontou alternativas para 2018,
115sendo a possibilidade de manter a meta atuarial com juros reais de 4,5% ao ano ou já pensar em
116alguma redução. Considerando que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar
117(PREVIC) estabelece um corredor de taxas de juros e que o perfil do Estado se adequaria a uma taxa
118mínima de 4,36%, que é considerado por eles como mínimo aceitável na Estrutura a Termo de Taxa
119de Juros Média (ETTJM). Quanto aos limites de alocação, há a possibilidade de manter 100% dos
120investimentos em renda fixa ou investir uma parte na renda variável. Exemplificando, poderiam ser
121mantidos 90% dos investimentos em renda fixa e 10% em renda variável, seguindo uma estratégia de
122alocação desses 10% em renda variável com aplicações de forma gradual ou de imediato.
123**Wandermon Corrêa**, Orientador da Célula de Gestão de Fundos e Investimentos, apresentou algumas
124projeções de rentabilidade para 2018, considerando cenários de manutenção de 100% dos
125investimentos em renda fixa *versus* a alteração para 90% em renda fixa e 10% em renda variável,
126além da manutenção da meta de taxa real de juros de 4,5% ao ano *versus* a alteração para 4,36% ao
127ano, utilizando premissas quanto à rentabilidade dos fundos e a inflação prevista para 2018. Diante
128do exposto, **Francisco de Queiroz Maia Júnior**, Presidente do CEIPS, considerando o cenário político e
129econômico atual do país, sugeriu a contratação de profissional/analista especializado, isento, de boa
130reputação e de bom nível de assertividade nas recomendações para realização de um estudo com
131sugestões para a carteira de investimentos do SUPSEC. Esse profissional faria um assessoramento de
132mercado para que pudesse dar ao Fundo um processo de análise amplo dos posicionamentos atuais
133e das alternativas de investimentos. Átila de Oliveira (Membro Titular da PEFOCE), sugeriu que o
134CEIPS poderia contar também com o apoio do IPECE e da Universidade Federal. A pauta foi aberta
135para discussão e **Wandermon Corrêa**, Orientador da Célula de Gestão de Fundos e Investimentos,
136salientou que uma consultoria contratada seria importante para um acompanhamento mensal e não
137somente para um estudo isolado. Informou que algumas dessas consultorias fornecer *softwares* que
138auxiliam na elaboração de relatórios, disponibilizam acesso a índices de mercado, cruzam
139informações entre fundos de investimento, além de apresentar informações de produtos existentes

140no mercado voltados para os RPPS. Em seguida, **Francisco de Queiroz Maia Júnior**, Presidente do
141CEIPS, abriu a pauta para deliberação dos membros presentes. Sem mais: APROVADA a contratação
142de profissional/analista especializado para realização de um estudo com sugestões para a carteira de
143investimentos do SUPSEC. **Francisco de Queiroz Maia Júnior**, Presidente do CEIPS, com relação a
144proposta de alteração da taxa real de juros da meta atuarial de 4,5% ao ano para 4,36% ao ano, abriu
145a pauta para discussão do comitê. Sem mais: APROVADA a manutenção da taxa real de juros da meta
146atuarial em 4,5% ao ano para 2018. Na sequência, **Francisco de Queiroz Maia Júnior**, Presidente do
147CEIPS, abriu a pauta para deliberação do comitê sobre a possibilidade de aplicação dos recursos do
148SUPSEC nos limites de 90% em renda fixa e 10% em renda variável, em proporção a ser definida pela
149SEPLAG, com assessoramento do CEIPS, a ser aplicado após estudo realizado pelo profissional ou
150consultoria especializada a ser contratada. Sem mais: APROVADA a manutenção da carteira do
151SUPSEC em 100% na renda fixa. Concluída a pauta, o **Francisco de Queiroz Maia Júnior**, Presidente
152do CEIPS, agradeceu a presença de todos, e deu a reunião por encerrada, da qual foi lavrada a
153presente Ata, aprovada por todos e assinada por quem de direito.

Fortaleza, 26 de setembro de 2017



FRANCISCO DE QUEIROZ MAIA JÚNIOR
PRESIDENTE

Secretaria do Planejamento e Gestão



FRANCISCO ROBSON DA SILVA FONTOURA
Membro Titular - Coordenador da CPREV



WANDERMON CORRÊA SILVA
Membro Titular - Orientador da CEFIN/CPREV



PAULO AMÍLCAR PROENÇA SUCUPIRA
Membro Titular - Representante da SEFAZ



ÁTILA EINSTEIN DE OLIVEIRA
Membro Titular - Servidor Vinculado ao SUPSEC